

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Chegou ao conhecimento do Grupo Parlamentar do PCP que há estudantes do Programa Retomar, que ingressaram no ano letivo transato com vista à conclusão do seu percurso académico, e não obtiveram ainda resposta ao pedido de apoio que fizeram para o ano letivo 2016/17. Segundo o que nos foi colocado, tendo sido preenchidos os requisitos de candidatura e deferidas as respetivas Bolsas Retomar, a perspetiva seria que, caso nos anos seguintes fossem novamente cumpridos os pressupostos, haveria continuidade até final da licenciatura. Ou seja, 3 anos de bolsa. No ano letivo de 2014/15 terão sido atribuídas 195 bolsas ao abrigo deste programa e, no ano letivo de 2015/16, esse número terá baixado para 133 bolsas.

Em setembro de 2016, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) anunciou que iria fundir os programas Mais Superior e Retomar, acabando este último por ser extinto. De acordo com os testemunhos que nos chegaram, os estudantes viram as suas perspetivas subitamente alteradas por motivos que não lhes são imputáveis e não têm obtido quaisquer esclarecimentos cabais por parte da tutela com vista à resolução da sua situação.

Aparentemente, existiram já vários contactos com a Direcção Geral de Ensino Superior sobre este assunto, tendo os alunos sido informados de que o programa foi cancelado e que não há confirmação se irá abrir novamente. Foi ainda informado que os alunos que obtiveram a bolsa Retomar no ano letivo transato teriam, provavelmente, a continuidade do apoio, por forma a não serem prejudicados.

Chegados praticamente ao final do ano letivo e, apesar da insistência dos contactos, estes estudantes continuam sem resposta... e sem bolsa.

O PCP considera que este é mais um caso em que fica evidente a insuficiência da Ação Social Escolar, mas também um caso que ilustra de forma clara como a existência de propinas no Ensino Superior constitui uma tremenda barreira ao direito à Educação e no acesso aos mais elevados graus de ensino.

Assim, nos termos regimentais e constitucionais devidamente aplicáveis, solicita-se a V.ª Ex.ª que possa remeter ao Governo, por intermédio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o pedido de resposta às seguintes questões:

1. Quantos alunos se encontravam abrangidos pelo Programa Retomar no ano letivo 2015/16 e no ano letivo 2014/15?

2. Destes, quantos se encontram inscritos no ano letivo 2016/17 e quantos mantêm o cumprimento dos requisitos necessários à atribuição da bolsa Retomar?
3. Confirma-se que este ano letivo, estes alunos não receberam ainda qualquer apoio?
4. Que medidas vai o Governo tomar para que estes alunos não vejam as suas expectativas frustradas pela cessação de um programa em que ingressaram com a perspetiva de terem assegurado um apoio para a conclusão dos seus cursos superiores, ficando agora sem os recursos económicos que o possibilitavam?

Palácio de São Bento, sexta-feira, 23 de Junho de 2017

Deputado(a)s

ANA MESQUITA(PCP)

ANA VIRGÍNIA PEREIRA(PCP)